ANÁLISE DA VISÃO DE JOHN LOCKE SOBRE A SEPARAÇÃO DE PODERES

Autor(res)

Volnei Rosalen
Adny Resendes Rosa
Débora Araci Rosa Silva
Evelyn Da Rosa De Oliveira
Eduarda Santos De Melo

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ

Introdução

Neste trabalho exploraremos as ideias revolucionárias de John Locke na obra “Dois Tratados sobre o Governo”, publicada em 1689. Locke, apresenta uma defesa eloquente da soberania popular, da separação dos poderes e do direito natural. Ao longo deste trabalho, examinaremos os principais temas abordados por Locke, como a origem do poder político, a natureza dos direitos naturais, o contrato social, a formação das democracias modernas e sua relevância contínua para os debates políticos contemporâneos. Por meio da análise crítica de "Dois Tratados sobre o Governo", buscamos compreender não apenas o contexto histórico e intelectual no qual Locke estava inserido, mas também a pertinência de suas ideias para os desafios políticos e sociais enfrentados pela humanidade até os dias atuais.

Objetivo

O objetivo é analisar a visão do autor sobre a separação dos poderes, no qual destaca que o principal fim dos homens se unirem em sociedade é desfrutarem de sua propriedade em paz e segurança. A forma de governo escolhida é a democracia. O povo, deixando o direito natural, depositou o seu poder no legislativo para ter leis expressas, a fim de obter segurança e proteção da sua propriedade.

Material e Métodos

A seguinte análise comparativa efetuou-se da seguinte maneira: 1) Fichamento através da leitura da obra “Dois Tratados sobre o Governo” de John Locke; 2) Fundamentação escrita através dos fichamentos realizados; 3) Análise detalhada das leituras e resumos, exemplificando, comparando e pesquisando; 4) Debate entre as pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Multicêntrico do Constitucionalismo Brasileiro–Separação de poderes e a relação do judiciário.

Resultados e Discussão

A Obra de John Locke apresenta as ideias liberais abraçadas por ele e sua oposição ao governo absoluto. Demonstra que o ente provém do povo e, juntamente com a lei, deve servir o interesse público. Locke é conhecido

por sua influência significativa como uma figura importante no liberalismo e na democracia, tornando-o uma figura-chave para fins de estudo. Suas crenças sobre o estado natural dos humanos, o contrato social e os direitos imutáveis moldaram significativamente a filosofia política ocidental. De acordo com ele, a legitimidade do governo está diretamente ligada ao consentimento dos governados e à responsabilidade de proteger os direitos naturais, tais como a vida, liberdade e propriedade. Sendo assim argumentou a favor da divisão de poderes e restrição do poder governamental como maneira de prevenir abusos e assegurar a liberdade dos indivíduos. Esses conceitos foram adotados em diversas constituições e são essenciais para o funcionamento da democracia contemporânea.

Conclusão

Os pontos específicos são segurança de ter os direitos naturais protegidos, e a punição dos crimes e a separação dos poderes para evitar tirania. Assim serve para garantir o equilíbrio das diferentes esferas do governo, evitando a concentração de poder e evitando abusos. Portanto, John Locke quer abranger a ideia de que os direitos naturais, o consentimento dos governados e a separação dos poderes são a principal essência para entender a natureza da democracia da sociedade.

Referências

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA: LOCKE, John. “Dois tratados sobre o Governo”. São Paulo, Ed. Martins Fontes Editora Ltda, 1998, p. 494-536.